



PARECER ÚNICO Nº 0779734/2017

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 16658/2010/003/2016	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO Licença de Operação em Caráter Corretivo – LOC	VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos	

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Outorga de recursos hídricos – captação em corpo d'água	11441/2015	Concedida
Captação por meio de Poço manual	15172/2015	Cadastro efetivado
Captação em curso d'água	11442/2015	Cadastro efetivado

EMPREENDEDOR: CARLOS VAMBERTO DE ARAÚJO	CPF: 475.246.006.82	
EMPREENHIMENTO: CARLOS VAMBERTO DE ARAÚJO	CPF: 475.246.006.82	
MUNICÍPIO: SÃO VICENTE DE MINAS	ZONA: Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): WGS84 LAT/Y 21° 44' 15,1" S LONG/X 44° 29' 02,9" O		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
BACIA FEDERAL: Rio Grande	BACIA ESTADUAL: Alto Rio Grande – Rio Aiuruoca	
UPGRH: GD – 1	SUB-BACIA: Ribeirão Taboão	
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE
G-02-04-6	Suinocultura (ciclo completo).	3
G-02-07-0	Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite	1
G-02-15-1	Resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite	NP
D-01-13-9	Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais	NP
CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO: JULIO NEDER MATUCK		REGISTRO: CREA-MG 04.0.0000114118
RELATÓRIO DE VISTORIA: 103 / 2016		DATA: 13/12/2016

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Shalimar da Silva Borges – Gestora Ambiental	1.380.365-5	
Renata Fabiane Alves Dutra – Gestora Ambiental	1.372.419-0	
Vanessa Mesquita Braga – Gestora Ambiental	1.214.054-7	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.147.680-1	
De acordo: Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.539-3	



1. Introdução

O empreendimento **Carlos Vamberto de Araújo**, CPF nº 475.246.006.82, trata-se de proprietário de uma propriedade agropecuária denominada **Fazenda Taboão**, que opera no município de São Vicente de Minas e formalizou em 26 de agosto de 2016 o processo PA nº 16658/2010/003/2016 requerendo **Licença de Operação em caráter Corretivo** para regularizar a atividade de “Suinocultura (ciclo completo); Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite; e Resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite”, que se enquadram nos códigos G-02-04-6, G-02-07-0 e G-02-15-1 respectivamente, conforme a DN COPAM 74/04 e informado no FCE.

De acordo com a DN COPAM 74/04, a atividade principal objeto deste licenciamento, suinocultura (ciclo completo) desenvolvida pelo empreendimento tem Potencial Poluidor/Degradador **Médio**; possuindo um número de 400 matrizes sendo seu porte considerado também **Médio**, portanto enquadrando-se na **Classe 3**.

A vistoria foi realizada em 13/12/2016, relatório nº 103/2016 para subsidiar a análise. Em 10/01/2017 foi firmado TAC com o empreendedor com condicionantes e em 23/03/2017 foram solicitadas informações complementares sendo as mesmas cumpridas dia 22/05/2017.

O empreendimento foi autuado conforme auto de infração nº 95806/2016 por “*Instalar, construir, testar, **operar** ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente **sem as licenças de instalação ou de operação**, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.*”

Os estudos técnicos que subsidiaram a elaboração deste parecer, foram coordenados pela Engenheiro Ambiental - Sr. Julio Neder Matuck, CREA-MG nº 114118, que certificou a sua responsabilidade na Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Obra ou Serviço nº 14201400000003238369.

Foi apresentado o comprovante de inscrição do cadastro técnico federal (CTF) nº 3136129.

2. Caracterização do Empreendimento

A Fazenda Taboão - Carlos Vamberto de Araújo, está inserida em zona rural, no município de São Vicente de Minas, **Estrada São Vicente de Minas para Serranos Km 8 a esquerda**, e a propriedade ocupa uma área de 20,00ha e área construída de 14500m².

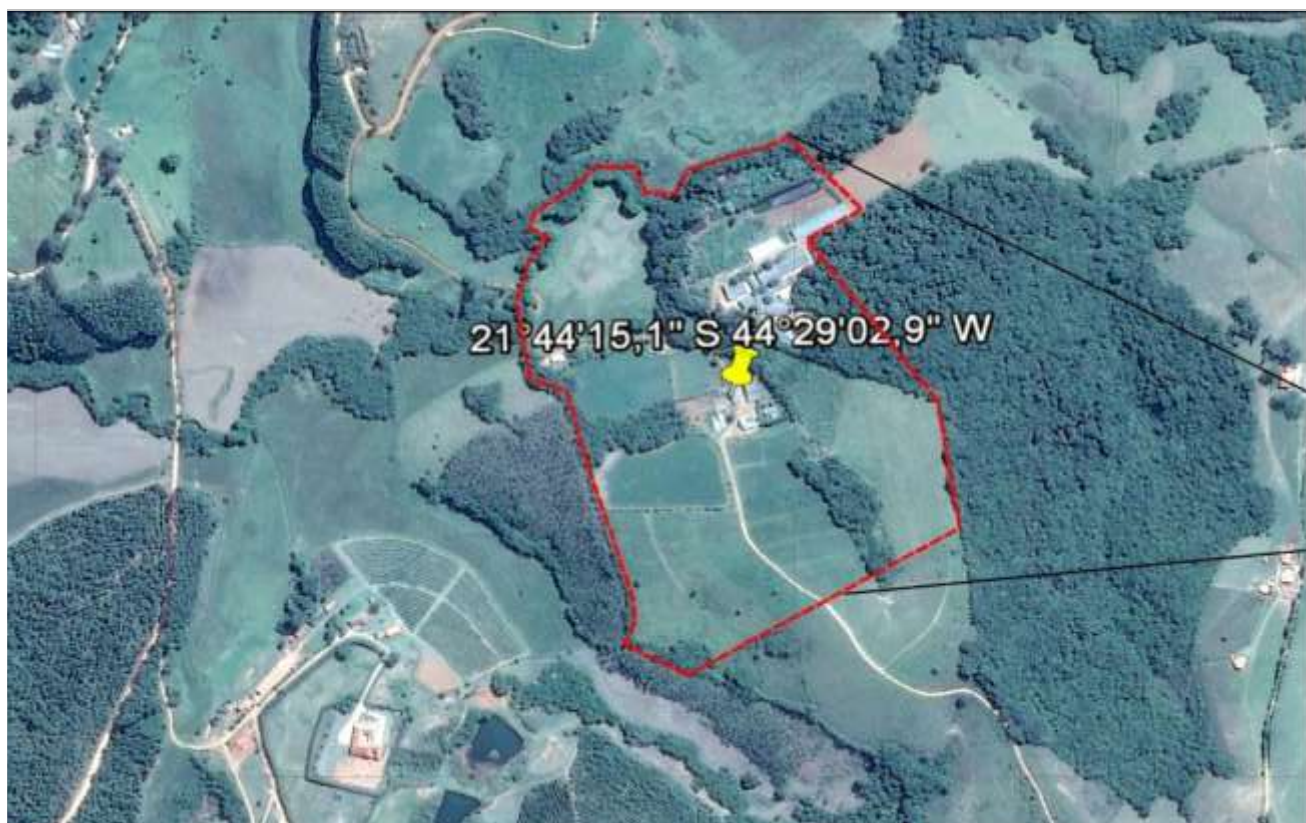


Figura 1 - Imagem de satélite obtida pelo Google Earth - propriedade.

O empreendimento desenvolve predominantemente a atividade de suinocultura, seguida de bovinocultura de leite, Resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite, Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais e possui culturas e áreas de pastagens.

Atualmente o empreendimento possui capacidade para o alojamento de até 400 matrizes e 30 funcionários sendo que 4 destes residem nas duas casas de colono que existem na propriedade conforme informado nos estudos ambientais. A jornada de trabalho é de 8 horas diárias cumpridas em turnos que vão das 7:00 às 17:00 horas.

Categoria	Nº de animais
Matriz lactação	90
Matriz cobrição e gestação	310
Matriz reposição	40
Machos reprodutores	7
Creche	900
Crescimento	2100
Terminação	700
Total	4147



A suinocultura da Fazenda Taboão possui uma fábrica de ração, com uma produção mensal média de 80 ton/mês. Faz parte da rotina da granja a prática de inseminação artificial.

Os abastecimentos hídricos da Fazenda Taboão provem de uma outorga de captação superficial em corpos de água (Córrego Taboão- nº 29347/2016 que será liberada concomitante a esse processo de licenciamento), uma captação superficial em corpos de água (Ribeirão do Taboão – uso insignificante – cadastro efetivado nº 11442/2015), e uma captação por meio de poço manual (uso insignificante- cadastro efetivado – nº15172/2015).

A geração de energia do empreendimento atualmente se dá pelo gerador (gás do biodigestor) e quando há necessidade utiliza-se o fornecimento de energia da CEMIG.

3. Caracterização Ambiental

A propriedade está localizada na Bacia do Rio Grande, Sub-bacia do Alto Rio Grande (GD1), drenada pelo Ribeirão do Taboão e pelo Córrego Taboão.

Na área do empreendimento há predominância do Cambissolo háplico Tb distrófico, porém nas áreas de baixada predominam solos hidromórficos devido ao excesso de umidade durante todo o ano. São solos envelhecidos, com fertilidade natural baixa e também baixa saturação de bases, apresentam normalmente boa drenagem devido a fatores estruturais favoráveis.

Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais, a Vulnerabilidade Natural, a Qualidade ambiental, o Potencial social e o Risco ambiental da área onde se localiza o empreendimento são classificados da seguinte forma:

ZEE	1
Vulnerabilidade Natural:	Baixa
Qualidade ambiental:	Baixa
Potencial social:	Favorável
Risco ambiental:	Baixo

O zoneamento é a representação cartográfica de um território dividido em zonas homogêneas quanto à possibilidade de um dado empreendimento humano ser viável e sustentável sócio-econômica e ambientalmente. Na localização do empreendimento o ZEE-MG foi classificado em zona **1**, indicando terras de baixa vulnerabilidade em locais de potencial social favorável.

Entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, e refere-se à situação atual do local, quanto a integridade da flora e fauna, susceptibilidade de solos quanto a contaminação e erosão, disponibilidade natural de água e condições climáticas, sendo considerada **Baixa**.



O mapa de Qualidade Ambiental retrata o estado atual dos recursos naturais, tendo como fator condicionante a erosão atual, a qualidade da água e a prioridade de conservação da flora, sendo considera **Baixa** na área do empreendimento.

Compreende-se como potencialidade social o conjunto de condições atuais, medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional, que determina o ponto de partida de um município ou de uma região para alcançar o desenvolvimento sustentável, considerado favorável.

Diz-se que certo nível de risco ambiental existe quando se faz presentes no mesmo tempo e local duas situações: vulnerabilidade natural baixa, porém atividades e empreendimentos humanos que ofereçam potencial de dano elevado. O fator "risco" está intimamente associado às atividades humanas, cujo nível de risco foi classificado como Baixo. Logo, não há restrição a regularização e funcionamento do empreendimento no local.



Figura 2 - Imagem de satélite obtida pelo Google Earth - Benfeitorias

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

A propriedade é banhada pelos cursos d'água, Ribeirão do Taboão e pelo Córrego Taboão. Os abastecimentos hídricos da Fazenda Taboão provem de uma captação superficial em corpos de



água (Ribeirão do Taboão – outorga nº 29347/2016), uma captação superficial em corpos de água (Córrego Taboão- cadastro efetivado -nº11442/2015), e uma captação por meio de poço manual (cadastro efetivado- nº15172/2015).

A captação de água no Ribeirão do Taboão é realizada através de conjunto moto-bomba, a captação superficial do Córrego Taboão é realizada através de bomba centrífuga. A captação por meio de poço tubular é realizada por meio de bomba injetora, sendo:

- Cadastro de uso insignificante nº 11442/2015, captação de 0,7 l/s durante 12 horas/dia diretamente no ribeirão do Taboão, nas coordenadas lat. 21°44'09"S e long. 44°29'05"W, perfazendo um total de 30,24 m³/dia.
- Cadastro de uso insignificante nº 11441/2015, captação para uma vazão de 0,25 m³/h durante 12 horas por dia, 12 meses/ano 30 dias/mês e 12 meses/ano, nas coordenadas Lat. 21°44'11"S e Long. 44°29'6,7"W, perfazendo um total de 3,00 m³/dia

FINALIDADE	QUANTIDADE	CONSUMO	TOTAL
Consumo Humano	30 pessoas	70 litros/pessoa	2.100 litros/dia
Bovinocultura	240 cabeças	70 litros/cabeça	16.800 litros/dia
Suinocultura	4000	35 litros/cabeça	140.000 litros/dia
SOMA	_____	_____	158,9 m³/dia

Conforme tabela acima, a demanda hídrica do empreendimento é de aproximadamente **158,9 m³/dia**. Entretanto, o empreendedor possui dois cadastros de Usos Insignificantes, conforme demonstrado abaixo, com a vazão total requerida de **33,24 m³/dia**. Subtraindo-se este valor da demanda hídrica total do empreendimento, conclui-se a necessidade para esse processo de outorga a vazão de **125,66 m³/dia**.

DESCRIÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS					
Propriedade	Tipologia	Vazão Solicitada	Coordenada		Portaria
Fazenda Taboão	Captação Superficial	2,9 l/s	Lat: 21° 44'02,9'' S	Long: 44° 29' 09,0'' W	XXXX
USO INSIGNIFICANTE					
Propriedade	Tipologia	Vazão Outorgada	Coordenada		Processo
Fazenda Taboão	Captação Poço Manual	3,0 m³/dia	Lat: 21° 44'11,6'' S	Long: 44° 29' 06,7'' W	15172/2015
Fazenda Taboão	Captação Superficial	30,240 m³/dia	Lat: 21° 44' 09,0'' S	Long: 44° 29' 05,0''W	11442/2015

De acordo com Relatório Técnico apresentado para a outorga nº29347/2016, a vazão requerida é de 0,0029 m³/s por 12h/dia 30 dias/mês e 12 meses/ano nas coordenadas Lat. 21°44'02,9"S e Long. 44°29'09"W perfazendo um total de 125,28 m³/dia dessa forma as captações atendem à demanda do empreendimento.



5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Esta Licença Ambiental não autoriza intervenção em área de preservação permanente, supressão de vegetação arbórea nativa ou plantada.

6. Reserva Legal

O empreendimento está instalado em zona rural, sendo apresentado CAR onde consta que mais de 20% da área da propriedade se encontra delimitada como a reserva legal.

7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

7.1. Efluentes Sanitários

O sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários (ETES), adotado para o empreendimento Fazenda Taboão, é composto de 04 conjuntos estrategicamente instalados, a fim de atender a demanda de 05 contribuintes por conjunto. Cada conjunto é composto de 01 tanque séptico, 01 filtro anaeróbio e 01 poço sumidouro do tipo sem enchimento. Foi apresentado o dimensionamento dos sumidouros e o mesmo atende tendo em vista o número de colonos.

7.2 Fertilirrigação

Para os efluentes da suinocultura: Os efluentes líquidos dos galpões são constituídos pela soma da água utilizada para a limpeza das baias com a água desperdiçada pelos bebedouros mais a urina. Estes são recolhidos em canais e, acompanhando a topografia do terreno, são conduzidos e lançados no sistema de tratamento – Biodigestor.

Para os efluentes da bovinocultura: Os efluentes líquidos são acolhidos através de um canal de drenagem e encaminhados para a chorumeira, esta construída de alvenaria e impermeável. Após o período de descanso (aproximadamente 7 dias), a parte líquida é bombeada para o biodigestor.

Os efluentes da suinocultura e bovinocultura que seguem para o biodigestor, aproximadamente 40 m³/dia, não havendo lançamento de efluentes em curso d'água.

Todo efluente é destinado ao biodigestor com capacidade para 1800m³ (tempo de detenção 45 dias), no qual ocorre a decantação e a degradação dos sólidos, em seguida o líquido é destinado para a lagoa de tratamento e/ou armazenamento (tempo de detenção 21 dias), de onde são captados para ser utilizado na fertilirrigação no próprio empreendimento. Os gases gerados no processo de biodigestão passam pelo queimador flaire e é utilizado para geração de energia elétrica para todo o empreendimento, atualmente sustentável.



Com o objetivo de promover a correta destinação dos efluentes gerados foi apresentado junto aos estudos ambientais Projeto de Fertilirrigação elaborado pela Engenheira Ambiental Lívia Pereira Amadeu, CREA MG 119261/D, com destinação de todo o efluente tratado para fertilirrigação de uma área de aproximadamente 3,7026 ha, constituída de pastagem (Tifton).

Para o acompanhamento da área a ser fertilirrigada com efluentes gerados pela atividade de suinocultura e bovinocultura, será **condicionada** nesta licença, a apresentação de algumas ações conforme abaixo:

Apresentar laudos de análise e respectivos relatórios técnicos de caracterização da qualidade do solo quanto aos parâmetros pH, teor de matéria orgânica, cálcio, magnésio, potássio, sódio, sulfato, CTC_{potencial} (pH 7,0) e saturação de bases, com frequência anual, observadas as seguintes diretrizes:

- I. A amostragem de solo deverá ser realizada nas camadas de 0-20; 20-40 e 40-60 cm;
- II. A amostragem deverá ser composta, realizada por meio de trado, até a profundidade de 40 cm, constituída de 4 sub-amostras, sendo uma sub-amostra coletada no centro de um círculo de 10 (dez) metros de raio e as demais coletadas ao longo do perímetro do círculo, distanciadas 120° uma da outra;
- III. Homogeneizar as 4 sub-amostras, fazer o quarteamento e retirar uma amostra de 500 gramas para análise;
- IV. As análises deverão ser realizadas em laboratório devidamente cadastrado nos termos da DN COPAM 89/05, ou da que sucedê-la.
- V. Os laudos de análises do solo deverão conter a indicação dos métodos utilizados, a data de realização e o registro profissional do responsável técnico pelas análises.

Não poderão ser aplicados em solo, nas áreas em taxas superiores às necessidades nutricionais da cultura: pasto formado em Tifton.

Deve-se adotar, para um total de aplicação anual, a equação recomendada pela Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais, ou que lhe suceder.

A concentração máxima de potássio no solo não poderá exceder a 6% da CTC_{potencial}; atingindo-se este limite, a aplicação ficará restrita ao limite máximo da reposição.

Acontecendo alguma das restrições acima que seja necessária nova área, deverá ser encaminhada à SUPRAM-SM a sugestão das novas áreas para a fertilirrigação, com os respectivos projetos e laudo de compatibilidade ambiental das novas áreas.

7.3. Resíduos Sólidos e oleosos e medidas mitigadoras:

Na creche, maternidade, reprodução e gestação, os dejetos sólidos são raspados diariamente e depositados nas canaletas para o escoamento conjunto com os dejetos líquidos. Nas unidades de



crescimento e engorda também se realiza a raspagem dos resíduos sólidos, onde são conduzidos até a lâmina d'água, a qual conduzirá os dejetos às canaletas de escoamento.

É realizado um tratamento primário, através de gradeamento ao longo das canaletas para retenção dos sólidos suspensos. Periodicamente são realizadas limpezas nestes pontos gradeados.

A retirada dos resíduos sólidos gerados no estábulo de ordenha da bovinocultura é realizada diariamente, no período da tarde, através de raspagem e encaminhados para as baias de compostagem e posteriormente para pátio de compostagem, para que este resíduo seja utilizado como adubo, na própria Fazenda.

Animais mortos e restos placentários são colocados nas baias de compostagem.

Os vasilhames de defensivos agrícolas são devolvidos para as empresas fabricantes. Já os materiais perfuro-cortantes, embalagens de produtos como raticidas, fungicidas, antibióticos, vacinas e resíduos contaminados com óleo são recolhidos mensalmente pela empresa Pró-Ambiental Tecnologia Ltda.

Os resíduos recicláveis, orgânicos e lixo comum são acondicionados em tambores de 200L e destinados a empresa Verde renova.

8. Controle Processual

Trata-se de pedido de licença de operação em caráter corretivo para a regularização ambiental das atividades de ampliação das atividades de "Suinocultura (ciclo completo); Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite; e Resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite ", que se enquadram nos códigos G-02-04-6, G-02-07-0 e G-02-15-1 respectivamente, conforme a DN COPAM 74/04 e informado no FCE.

O Decreto n.º 44.844, de 25 de junho de 2008, estabelece que na fase de Licença de Operação Corretiva - LOC deve ser demonstrada a viabilidade ambiental do empreendimento:

"Art. 14. O empreendimento ou atividade instalado, em instalação ou em operação, sem a licença ambiental pertinente deverá regulariza-se obtendo LI ou LO, em caráter corretivo, mediante a comprovação de viabilidade ambiental do empreendimento.

§ 2º A demonstração da viabilidade ambiental do empreendimento dependerá de análise pelo órgão ambiental competente dos documentos, projetos e estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores, ou quando for o caso, AAF".



Realizada consulta no Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM foi gerada a CERTIDÃO N.º 0974366/2016 (fls 227) a qual verifica-se a inexistência de débito de natureza ambiental e, portanto, o processo está apto à decisão. Em consulta ao CAP (fls 228), pode-se verificar que o Empreendedor não possui autos de infração, e, portanto o processo encontra-se apto à decisão.

Os custos de análise do processo de licenciamento foram recolhidos conforme planilha elaborada nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM n.º 2.125, de 28 de Julho de 2014.

Neste processo encontra-se a publicação em periódico local ou regional do pedido de Licença de Operação Corretiva, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM n.º 13/1995 (fl. 23/24).

O local de funcionamento do empreendimento e o tipo de atividade desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos municipais, segundo Declaração emitida pela Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas (fl. 16).

O empreendimento encontra-se localizado na zona rural sendo devidamente inscrita junto ao CAR, fls.37.

Conforme item 4, a Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos necessária ao empreendimento encontra-se devidamente regularizada.

Conforme Decreto n.º47.137, de 24 de janeiro de 2017, a validade da Licença de Operação deverá ser de 10 (dez) anos.

No que se refere ao Cadastro Técnico Federal, foi apresentado Comprovante de Inscrição no CTF/APP, certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição do empreendimento através do registro n.º 3136129.

DE ACORDO COM PREVISÃO DO DECRETO ESTADUAL N.º 44.844/2008, EM SEU ANEXO I, CÓDIGO 124, CONFIGURA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVÍSSIMA DEIXAR DE COMUNICAR A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM DANOS AMBIENTAIS ÀS AUTORIDADES AMBIENTAIS COMPETENTES. NO CASO DE ACIDENTE ENTRE EM CONTATO COM O (NEA SISEMA) (31) 98223947 e (31) 9825-3947.

9. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o **deferimento** desta Licença Ambiental na fase de **Licença de Operação em caráter Corretivo – LOC**, para o empreendimento **Carlos Vamberto de Araújo** para a atividade de “Suinocultura (ciclo completo), bovinocultura de leite e



resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite”, no município de **São Vicente de Minas**, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam Sul de Minas.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

11. Anexos

Anexo I. Condicionantes para **Licença de Operação Corretiva**

Anexo II. Programa de Automonitoramento da **Licença de Operação Corretiva**

Anexo III. Relatório Fotográfico do empreendimento.



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva

Empreendedor: Carlos Vamberto de Araújo Empreendimento: Carlos Vamberto de Araújo - Fazenda Taboão CPF: nº 475.246.006.82 Município: São Vicente de Minas - MG Atividades: Suinocultura (ciclo completo), bovinocultura de leite e resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite Código DN 74/04: G-02-04-6, G-02-07-0 e G-02-15-1. Processo: 16658/2010/002/2015 Validade: 10 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença de Operação Corretiva
02	Apresentar laudos de análise e respectivos relatórios técnicos de caracterização da qualidade do solo quanto aos parâmetros pH, teor de matéria orgânica, cálcio, magnésio, potássio, sódio, sulfato, CTC potencial (a pH 7,0) e saturação de bases , das áreas a serem utilizadas na fertirrigação com os efluentes gerados pela atividade de suinocultura devendo ser respeitados as diretrizes do item 7.1.2 deste parecer. Coleta de amostras de solo: a) 0-20 cm; b) 20-40 cm; c) 40-60 cm	Anualmente Durante a vigência de Revalidação da Licença de Operação
03	Apresentar Projeto de Fertirrigação por cultura e a taxa de aplicação com recomendação agrícola para cada cultura com ART.	Anualmente Durante a vigência de Revalidação da Licença de Operação

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva

Empreendedor: Carlos Vamberto de Araújo

Empreendimento: Carlos Vamberto de Araújo - Fazenda Taboão

CPF: nº 475.246.006.82

Município: São Vicente de Minas - MG

Atividades: Suinocultura (ciclo completo), Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite, Resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite e Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais

Código DN 74/04: G-02-04-6, G-02-07-0, G-02-15-1 e D-01-13-9

Processo: 16658/2010/003/2016

Validade: 10 anos

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar **anualmente** a SUPRAM-SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1 - Reutilização	4 - Aterro industrial	7 - Aplicação no solo
2 - Reciclagem	5 - Incineração	8 - Estocagem temporária
3 - Aterro sanitário	6 - Co-processamento	9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-Sul, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-Sul, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Relatório Fotográfico do empreendimento Carlos Vamberto de Araújo - Fazenda Taboão

Empreendedor: Carlos Vamberto de Araújo

Empreendimento: Carlos Vamberto de Araújo - Fazenda Taboão

CPF: nº 475.246.006.82

Município: São Vicente de Minas - MG

Atividades: Suinocultura (ciclo completo), Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite, Resfriamento e distribuição do leite associados a atividade rural de produção de leite e Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais

Código DN 74/04: G-02-04-6, G-02-07-0, G-02-15-1 e D-01-13-9

Processo: 16658/2010/003/2016

Validade: 10 anos



Foto 01. Lagoa e Biodigestor



Foto 02. Canaletas de efluentes



Foto 03. Reservatórios de água



Foto 04. Chorumeira da bovinocultura